

O ANEL DE TUCUM COMO SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA E COMPROMISSO SOCIAL NO LEGADO DE DOM PEDRO CASALDÁLIGA

Lizandro Poletto

Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação-Mestrado Acadêmico do Centro
Universitário Mais – UNIMAIS.

<https://lattes.cnpq.br/9835489541775959>

<https://orcid.org/0000-0002-2636-0165>

E-mail: lizandropoletto@facmais.edu.br

Eduardo José Reinato

Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História do PPGHIST da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás – Goiânia.

<http://lattes.cnpq.br/9142540932437553>

<https://orcid.org/0000-0001-6961-659X>

E-mail: eduardoreinato63@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N3-07>

RESUMO: O presente artigo analisa o significado histórico, político, religioso e pedagógico do Anel de Tucum no legado de Dom Pedro Casaldáliga, considerando sua atuação junto aos povos indígenas, trabalhadores rurais e populações historicamente marginalizadas da América Latina. Parte-se da compreensão de que o Anel de Tucum ultrapassa sua dimensão religiosa e assume a condição de símbolo de resistência, compromisso social e construção de alternativas contra-hegemônicas frente às estruturas de exclusão produzidas pela colonialidade. O estudo investiga a origem indígena do símbolo, sua incorporação pela Teologia da Libertação e sua utilização como expressão da opção preferencial pelos pobres. Analisa-se, ainda, a trajetória pastoral e política de Dom Pedro Casaldáliga no Araguaia, especialmente sua atuação em defesa dos direitos humanos, da reforma agrária e dos povos originários. Por fim, discute-se o potencial pedagógico do Anel de Tucum enquanto instrumento de conscientização social, educação popular e valorização das epistemologias do Sul. A pesquisa fundamenta-se em obras do próprio Casaldáliga, estudos sobre sua trajetória e referenciais teóricos da pedagogia crítica e da decolonialidade.

PALAVRAS-CHAVE: Anel de Tucum. Dom Pedro Casaldáliga. Teologia da Libertação. Decolonialidade. Educação Popular.

THE RING OF TUCUM AS A SYMBOL OF RESISTANCE AND SOCIAL COMMITMENT IN THE LEGACY OF DOM PEDRO CASALDÁLIGA

ABSTRACT: This article analyzes the historical, political, religious and pedagogical significance of the Ring of Tucum in the legacy of Dom Pedro Casaldáliga, considering his work alongside Indigenous peoples, rural workers and historically marginalized populations in Latin America. The study assumes that the Ring of Tucum transcends its religious dimension and becomes a symbol of resistance, social commitment and the construction of counter-hegemonic alternatives to the structures of exclusion produced by coloniality. The research investigates the Indigenous origins of the symbol, its incorporation by Liberation Theology and its use as an expression of the preferential

option for the poor. Furthermore, it examines Dom Pedro Casaldáliga's pastoral and political trajectory in the Araguaia region, especially his actions in defense of human rights, agrarian reform and Indigenous peoples. Finally, the article discusses the pedagogical potential of the Ring of Tucum as an instrument of social awareness, popular education and appreciation of the Epistemologies of the South. The research is based on Casaldáliga's own works, studies on his trajectory and theoretical references from critical pedagogy and decolonial thought.

KEYWORDS: Ring of Tucum. Dom Pedro Casaldáliga. Liberation Theology. Decoloniality. Popular Education.

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX foi marcada por profundas transformações políticas, econômicas e sociais na América Latina. O avanço dos projetos desenvolvimentistas, a expansão das fronteiras agrícolas e as políticas de ocupação territorial promoveram importantes mudanças na organização social do continente, especialmente na Amazônia e no Centro-Oeste brasileiro. Embora tais iniciativas fossem justificadas como estratégias de modernização e integração nacional, seus efeitos estiveram frequentemente associados ao aumento da concentração fundiária, ao agravamento das desigualdades sociais e à intensificação dos conflitos pela posse e pelo uso da terra.

No Brasil, particularmente durante o regime militar instaurado em 1964, a ocupação econômica da Amazônia tornou-se prioridade estratégica do Estado. Grandes empreendimentos agropecuários, minerários e de infraestrutura foram implementados mediante incentivos governamentais, provocando impactos significativos sobre os modos de vida das populações locais. Povos indígenas, comunidades tradicionais, posseiros e pequenos agricultores passaram a enfrentar processos recorrentes de expulsão territorial, violência no campo e negação de direitos fundamentais, revelando a permanência de estruturas históricas de exclusão e dominação.

É nesse contexto que emerge a figura de Dom Pedro Casaldáliga como uma das principais referências éticas, políticas e pastorais da América Latina contemporânea. Missionário claretiano radicado no Brasil desde o final da década de 1960, assumiu a Prelazia de São Félix do Araguaia e transformou sua atuação religiosa em um projeto comprometido com a justiça social, a defesa dos direitos humanos e a proteção dos grupos

historicamente marginalizados. Sua presença no Araguaia coincidiu com o processo de renovação da Igreja Católica impulsionado pelo Concílio Vaticano II e pelas Conferências Episcopais de Medellín e Puebla, responsáveis pela consolidação da opção preferencial pelos pobres como princípio orientador da ação pastoral latino-americana.

Ao lado dos povos indígenas, trabalhadores rurais, posseiros e comunidades tradicionais, Casaldáliga desenvolveu uma prática pastoral que articulava espiritualidade, participação política e organização popular. Sua atuação na denúncia da violência do latifúndio e da expropriação territorial transformou-o em símbolo do profetismo social latino-americano e em referência para os movimentos sociais comprometidos com a defesa da dignidade humana.

Entre os diversos elementos que compõem seu legado destaca-se o Anel de Tucum, símbolo originalmente vinculado às culturas indígenas amazônicas e posteriormente incorporado pela Igreja comprometida com as causas populares como expressão da solidariedade com os pobres e excluídos. Mais do que um objeto religioso, o Anel de Tucum converteu-se em símbolo político, pedagógico e cultural das resistências latino-americanas, representando a luta pela terra, pelos direitos humanos e pela valorização das identidades historicamente marginalizadas.

O presente artigo parte da hipótese de que o Anel de Tucum ultrapassa sua dimensão estritamente religiosa e assume a condição de instrumento de resistência, conscientização social e crítica às permanências da colonialidade na América Latina. Fundamentada em pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, a investigação dialoga com obras de Dom Pedro Casaldáliga, estudos sobre sua trajetória, produções da Teologia da Libertação e referenciais da pedagogia crítica, da decolonialidade e das epistemologias do Sul.

Para alcançar esse objetivo, o primeiro capítulo analisa a origem histórica e a construção simbólica do Anel de Tucum, destacando suas raízes indígenas e sua transformação em um dos principais emblemas da resistência popular latino-americana. O segundo capítulo discute o compromisso ético-político de Dom Pedro Casaldáliga, examinando sua atuação junto aos povos indígenas e trabalhadores rurais e sua contribuição para a consolidação de práticas emancipatórias e contra-hegemônicas. O terceiro capítulo aborda o potencial pedagógico do símbolo enquanto instrumento de

conscientização social, formação cidadã e educação libertadora, estabelecendo diálogo com a pedagogia freireana e os estudos decoloniais.

Ao final, busca-se demonstrar que o legado de Dom Pedro Casaldáliga permanece atual diante dos desafios contemporâneos relacionados à justiça social, aos direitos humanos, à preservação dos territórios tradicionais e à valorização dos saberes produzidos pelos grupos historicamente subalternizados. Nesse sentido, o Anel de Tucum continua representando um horizonte ético de solidariedade, esperança e compromisso com a construção de sociedades mais democráticas e inclusivas.

O ANEL DE TUCUM: ORIGEM HISTÓRICA E CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA

O Anel de Tucum constitui um dos mais importantes símbolos da resistência social e da espiritualidade libertadora na América Latina contemporânea. Originário das culturas indígenas amazônicas, esse objeto ultrapassou sua dimensão material para tornar-se expressão do compromisso com os pobres, os povos originários e os trabalhadores rurais. Sua incorporação pela Igreja latino-americana vinculada à Teologia da Libertação conferiu-lhe profundo significado político e ético. No contexto da atuação de Dom Pedro Casaldáliga, o Anel de Tucum passou a representar a defesa da justiça social, da dignidade humana e dos direitos coletivos. Este capítulo analisa suas origens históricas, sua construção simbólica e seu papel como instrumento de memória e resistência popular.

A ORIGEM INDÍGENA DO TUCUM

A compreensão do significado histórico e simbólico do Anel de Tucum exige, inicialmente, a análise de suas raízes culturais junto aos povos originários da Amazônia. O tucum é uma palmeira nativa amplamente encontrada na região amazônica, especialmente nas áreas de floresta tropical e cerrados de transição, cuja utilização pelos povos indígenas remonta a períodos anteriores ao processo de colonização europeia. Suas fibras, sementes, folhas e espinhos eram utilizados na fabricação de instrumentos de trabalho, utensílios domésticos, redes, cordas, arcos, flechas e adornos corporais, integrando a vida cotidiana das comunidades tradicionais (Almeida, 2010).

Entre diversos povos indígenas, os objetos confeccionados a partir do tucum possuíam significados que transcendiam a funcionalidade material. Os adornos produzidos a partir dessa palmeira eram frequentemente associados a vínculos comunitários, compromissos coletivos e pertencimento cultural, constituindo elementos centrais na construção das identidades coletivas e das relações de reciprocidade existentes no interior das comunidades tradicionais (Lévi-Strauss, 1996).

Essa dimensão simbólica aproxima-se daquilo que Boaventura de Sousa Santos (2019) denomina de epistemologias do Sul, isto é, formas de produção do conhecimento construídas a partir das experiências históricas dos grupos subalternizados e frequentemente invisibilizadas pela racionalidade moderna ocidental. Nesse sentido, a valorização do tucum enquanto símbolo constitui também um reconhecimento da legitimidade dos saberes indígenas e de suas cosmologias próprias.

Ao contrário da lógica mercantil introduzida pela colonização, baseada na acumulação e na exploração dos recursos naturais, as populações indígenas estabeleceram historicamente relações de cuidado, reciprocidade e pertencimento em relação ao território e aos elementos da natureza. O tucum, portanto, representa não apenas um objeto material, mas um elemento inserido em uma visão de mundo marcada pela coletividade e pela interdependência entre seres humanos e ambiente natural (Krenak, 2019).

Posteriormente, a apropriação simbólica do tucum pelos movimentos sociais e pela Igreja latino-americana comprometida com a justiça social permitiu a ressignificação desse elemento cultural indígena em um poderoso símbolo de resistência, solidariedade e compromisso político.

O SURGIMENTO DO ANEL DE TUCUM NA IGREJA LATINO-AMERICANA

A incorporação do Anel de Tucum pela Igreja latino-americana está diretamente relacionada às profundas transformações ocorridas no interior do catolicismo após o Concílio Vaticano II (1962-1965) e às Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979). Esses eventos promoveram significativa renovação pastoral ao

reconhecerem a necessidade de uma Igreja comprometida com os pobres e inserida nas realidades concretas dos povos latino-americanos (Boff, 2012).

A Conferência de Medellín representou um marco histórico ao afirmar que a pobreza existente na América Latina não poderia ser interpretada apenas como consequência do destino ou da incapacidade individual, mas como resultado de estruturas sociais injustas e excludentes. Surge, nesse contexto, a chamada "opção preferencial pelos pobres", princípio que orientaria grande parte das experiências pastorais latino-americanas nas décadas seguintes (Gutiérrez, 2000).

É precisamente nesse cenário que o Anel de Tucum passa a ser utilizado como expressão concreta do compromisso com os setores historicamente marginalizados da sociedade. Diferentemente dos tradicionais anéis episcopais confeccionados em ouro e pedras preciosas, símbolos frequentemente associados ao poder e à hierarquia institucional, o anel confeccionado a partir do tucum amazônico representava simplicidade, solidariedade e identificação com os pobres (Casaldáliga; Vigil, 1993).

Segundo Dom Pedro Casaldáliga e José María Vigil (1993), o Anel de Tucum simboliza "a aliança com as causas indígenas e populares e a disposição de assumir as consequências dessa opção". Trata-se, portanto, de um compromisso que ultrapassa a dimensão individual da fé e se projeta na esfera social e política.

Leonardo Boff (2012) argumenta que a Teologia da Libertação introduziu uma nova compreensão da missão da Igreja, deslocando o centro da ação pastoral dos espaços institucionais para os contextos de sofrimento e exclusão social. O Anel de Tucum converte-se, assim, em expressão material dessa nova eclesiologia latino-americana.

O ANEL DE TUCUM COMO SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA LATINO-AMERICANA

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, o Anel de Tucum consolidou-se como um dos principais símbolos da resistência popular na América Latina. Sua utilização ultrapassou os limites das pastorais católicas e passou a integrar a identidade de movimentos sociais, organizações populares, sindicatos rurais e lideranças indígenas comprometidas com a defesa dos direitos humanos e da justiça social.

Para Dom Pedro Casaldáliga, o símbolo representava muito mais do que um objeto religioso. Em suas palavras, "o Anel de Tucum é o compromisso assumido com os pobres, os indígenas e os marginalizados da história" (Casaldáliga, 2002, p. 41). Assumir esse compromisso significava aceitar os riscos inerentes à luta pela justiça social em contextos marcados pela violência política e pelos conflitos fundiários.

A trajetória de Casaldáliga no Araguaia tornou-se emblemática nesse processo. Desde sua chegada à Prelazia de São Félix do Araguaia, em 1968, o religioso posicionou-se ao lado dos trabalhadores rurais, dos posseiros e das comunidades indígenas ameaçadas pela expansão do latifúndio e pelos projetos de ocupação econômica da Amazônia (Martins, 1979).

Sua célebre carta pastoral intitulada *Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*, publicada em 1971, denunciou explicitamente as condições de exploração existentes na região e tornou-se um dos documentos mais importantes da história da Igreja latino-americana contemporânea (Casaldáliga, 1971).

Segundo Martins (1979), a publicação da carta representou uma ruptura com os modelos tradicionais de atuação episcopal, transformando Casaldáliga em referência internacional da luta pelos direitos humanos e pela reforma agrária.

Nesse contexto, o Anel de Tucum passou a representar a resistência coletiva diante das estruturas de exclusão produzidas pelo colonialismo, pelo autoritarismo político e pela concentração fundiária.

O SIMBOLISMO RELIGIOSO E POLÍTICO DO ANEL DE TUCUM

A força simbólica do Anel de Tucum decorre precisamente de sua capacidade de articular espiritualidade, memória e compromisso político. Sua utilização expressa uma concepção de religiosidade que compreende a fé não como experiência exclusivamente privada, mas como prática histórica comprometida com a transformação das condições concretas de existência dos sujeitos marginalizados.

Segundo Enrique Dussel (2015), a ética da libertação parte do reconhecimento da centralidade das vítimas e da necessidade de construção de projetos políticos orientados

pela dignidade humana e pela justiça social. O Anel de Tucum materializa essa ética ao simbolizar a opção consciente pelos pobres e pelos excluídos.

A substituição dos tradicionais símbolos episcopais por objetos ligados ao cotidiano das populações do Araguaia possui profundo significado político. Dom Pedro Casaldáliga recusou o báculo de metal e adotou um remo indígena; substituiu a mitra tradicional por um chapéu de palha e trocou o anel episcopal de ouro por um simples anel confeccionado a partir do tucum amazônico (Cabestrero, 1991).

Essas escolhas representavam uma crítica simbólica às formas tradicionais de poder e autoridade eclesiástica e uma aproximação concreta das condições de vida das populações empobrecidas.

Walter Mignolo (2017) identifica esse tipo de gesto como expressão de uma desobediência epistêmica, isto é, a recusa dos referenciais simbólicos impostos pela colonialidade e a valorização de formas alternativas de produção de sentido e pertencimento social.

Assim, o Anel de Tucum constitui não apenas um símbolo religioso, mas também um instrumento de contestação política e cultural das estruturas de dominação historicamente construídas na América Latina.

O ANEL DE TUCUM E A MEMÓRIA DAS LUTAS SOCIAIS

Os símbolos desempenham importante papel na preservação da memória coletiva e na transmissão das experiências históricas de resistência entre diferentes gerações. O Anel de Tucum assumiu progressivamente essa função ao tornar-se referência das lutas sociais desenvolvidas no campo brasileiro e nos movimentos populares latino-americanos.

A região do Araguaia, marcada por conflitos fundiários, violência contra trabalhadores rurais e expulsão de comunidades indígenas, transformou-se em espaço privilegiado dessa memória social. O símbolo passou a representar não apenas os que resistiram, mas também aqueles que perderam suas vidas na defesa da terra, dos direitos humanos e da dignidade dos povos tradicionais (Valério, 2007).

Segundo Gonzaga (2005), a missão pastoral de Casaldáliga esteve profundamente vinculada à construção de uma espiritualidade libertadora baseada na memória dos mártires da caminhada e na esperança de transformação social. O Anel de Tucum converte-se, assim, em memorial vivo das lutas populares latino-americanas.

Valério (2007) destaca que a atuação de Casaldáliga contribuiu decisivamente para a construção de uma identidade social própria da região do Araguaia, caracterizada pela articulação entre religiosidade, justiça social e defesa dos direitos coletivos.

Nesse sentido, o símbolo continua produzindo sentidos políticos e pedagógicos mesmo após a morte de Dom Pedro Casaldáliga, ocorrida em 2020. Sua permanência demonstra a capacidade dos símbolos de atravessarem gerações e continuarem mobilizando práticas de solidariedade, resistência e compromisso ético.

Mais do que um objeto religioso, o Anel de Tucum tornou-se patrimônio simbólico das lutas sociais latino-americanas e expressão concreta da esperança histórica na construção de sociedades mais justas e democráticas.

DOM PEDRO CASALDÁLIGA E O COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO COM OS EXCLUÍDOS

A trajetória de Dom Pedro Casaldáliga constitui uma das mais significativas expressões do compromisso ético e político da Igreja latino-americana com os setores historicamente marginalizados da sociedade. Sua atuação na região do Araguaia foi marcada pela defesa dos povos indígenas, dos trabalhadores rurais e das comunidades tradicionais diante das desigualdades sociais e dos conflitos fundiários.

Inspirado pelos princípios da Teologia da Libertação, Casaldáliga articulou espiritualidade, justiça social e ação pastoral em favor dos excluídos. Sua prática profética transformou-se em referência para movimentos sociais e organizações de direitos humanos em toda a América Latina.

Este capítulo analisa sua trajetória e as principais dimensões de seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A TRAJETÓRIA PASTORAL DE DOM PEDRO CASALDÁLIGA

A trajetória de Dom Pedro Casaldáliga constitui uma das experiências mais significativas da Igreja latino-americana comprometida com as causas sociais e com a defesa dos direitos humanos ao longo do século XX. Nascido em 1928, na cidade de Balsareny, na Catalunha, Espanha, ingressou ainda jovem na Congregação dos Missionários Claretianos, sendo ordenado sacerdote em 1952. Sua formação ocorreu em um contexto europeu marcado pelas consequências da Guerra Civil Espanhola e pela consolidação do regime franquista, experiências que contribuíram para o desenvolvimento de uma profunda sensibilidade diante das desigualdades sociais e das formas de autoritarismo político (Cabestrero, 1991).

A chegada de Casaldáliga ao Brasil, em 1968, coincidiu com um período de importantes transformações eclesiais decorrentes do Concílio Vaticano II e da Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín. Esses acontecimentos promoveram uma redefinição da missão da Igreja, enfatizando sua inserção junto às populações empobrecidas e sua responsabilidade diante das injustiças sociais (Boff, 2012).

Ao instalar-se na região do Araguaia, no nordeste do Estado de Mato Grosso, Casaldáliga encontrou uma realidade marcada pela concentração fundiária, pela violência no campo e pela exclusão das populações indígenas e camponesas. A evangelização tradicional mostrou-se insuficiente diante da gravidade dos conflitos sociais existentes na região, conduzindo o religioso a uma prática pastoral profundamente vinculada à defesa da dignidade humana e da justiça social (Martins, 1979).

Segundo Martins (1979), a atuação de Casaldáliga no Araguaia redefiniu a própria compreensão do papel episcopal, deslocando o foco da administração eclesiástica para a presença concreta junto aos pobres e excluídos. Sua ação pastoral passou a integrar evangelização, organização comunitária, defesa dos direitos humanos e denúncia das estruturas sociais geradoras da pobreza.

Essa postura tornou-se particularmente evidente com a publicação da carta pastoral *Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*, em 1971. O documento denunciava explicitamente as práticas de exploração e

violência existentes na região e defendia o direito dos trabalhadores rurais e dos povos indígenas ao território e à dignidade (Casaldáliga, 1971).

A partir desse momento, Dom Pedro Casaldáliga consolidou-se como uma das principais referências da Teologia da Libertação na América Latina e como importante interlocutor dos movimentos sociais comprometidos com a transformação das estruturas de exclusão existentes no continente.

A DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS

A defesa dos povos indígenas constituiu um dos eixos centrais da atuação pastoral e política de Dom Pedro Casaldáliga. Desde sua chegada ao Araguaia, o religioso identificou que a expansão da fronteira agrícola e dos grandes projetos econômicos estava diretamente associada à expulsão das populações originárias de seus territórios tradicionais e à destruição de suas formas próprias de organização social (Casaldáliga, 2002).

Os povos indígenas da região, entre eles os Xavante, Karajá, Tapirapé e Avá-Canoeiro, encontravam-se submetidos a processos permanentes de violência física, exclusão econômica e negação de direitos territoriais. A expansão do latifúndio e das políticas de ocupação da Amazônia promovidas durante o regime militar intensificaram ainda mais esses conflitos (Martins, 1979).

Casaldáliga compreendeu que a evangelização não poderia significar assimilação cultural ou substituição das cosmologias indígenas pela racionalidade ocidental dominante. Pelo contrário, defendia o reconhecimento da diversidade cultural e o direito dos povos originários à preservação de suas línguas, tradições e territórios (Casaldáliga; Vigil, 1993).

Essa compreensão aproxima-se das reflexões desenvolvidas por Aníbal Quijano (2005) acerca da colonialidade do poder. Segundo o autor, os processos coloniais não se encerraram com as independências políticas latino-americanas, permanecendo ativos por meio da hierarquização racial, econômica e cultural das sociedades contemporâneas.

A marginalização dos povos indígenas representa uma das expressões mais evidentes dessa colonialidade persistente. A atuação de Casaldáliga pode ser interpretada, portanto, como prática concreta de enfrentamento às formas contemporâneas de colonialismo e exclusão social.

A criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, consolidou institucionalmente essa atuação pastoral. O organismo tornou-se uma das principais referências nacionais na defesa dos direitos indígenas e na denúncia das violações cometidas contra as comunidades tradicionais brasileiras (Boff, 2012).

Segundo Dussel (2015), a ética da libertação exige o reconhecimento da alteridade e da dignidade daqueles que historicamente foram transformados em vítimas dos processos econômicos e políticos dominantes. A prática pastoral de Casaldáliga constitui expressão concreta dessa ética da alteridade.

A LUTA PELA TERRA E PELOS TRABALHADORES RURAIS

A questão agrária ocupou posição central na atuação de Dom Pedro Casaldáliga ao longo de toda a sua trajetória no Araguaia. A expansão do agronegócio e das grandes propriedades rurais durante as décadas de 1970 e 1980 intensificou os conflitos fundiários e produziu profundas transformações sociais na região amazônica.

Milhares de trabalhadores migraram para o Centro-Oeste em busca de oportunidades de sobrevivência e acesso à terra, encontrando frequentemente condições de exploração econômica, violência armada e expulsão das áreas ocupadas (Martins, 1981).

Casaldáliga posicionou-se publicamente ao lado dos posseiros, pequenos agricultores e trabalhadores rurais, denunciando sistematicamente os mecanismos de concentração fundiária e as violações de direitos humanos praticadas no campo brasileiro (Casaldáliga, 2002).

Sua participação na criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, representou importante marco na organização das lutas agrárias no país. A CPT tornou-

se referência nacional na documentação dos conflitos fundiários e no apoio às comunidades ameaçadas pela violência no campo (CPT, 2023).

Na obra *Creio na Justiça e na Esperança*, Casaldáliga afirma que a neutralidade diante da injustiça constitui uma forma de cumplicidade com os mecanismos de opressão social (Casaldáliga, 2002). Tal posicionamento revela uma compreensão da fé cristã profundamente vinculada à responsabilidade histórica e à transformação das estruturas sociais produtoras da exclusão.

Leonardo Boff (2012) destaca que a Teologia da Libertação contribuiu decisivamente para deslocar a compreensão da pobreza da esfera individual para a dimensão estrutural das relações econômicas e políticas. Essa interpretação influenciou diretamente a atuação pastoral de Casaldáliga e explica sua permanente inserção nas lutas pela democratização do acesso à terra.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, a região amazônica permanece, ainda hoje, entre os principais focos de conflitos agrários do país, o que demonstra a permanência e atualidade das preocupações levantadas pelo bispo do Araguaia (CPT, 2023).

DIREITOS HUMANOS, PROFETISMO SOCIAL E ESPIRITUALIDADE LIBERTADORA

A atuação de Dom Pedro Casaldáliga frequentemente foi interpretada como expressão contemporânea do profetismo bíblico. Assim como os profetas do Antigo Testamento denunciavam as injustiças praticadas pelos poderes políticos e econômicos de seu tempo, Casaldáliga compreendia a missão cristã como compromisso permanente com a defesa da dignidade humana e da justiça social (Boff, 2012).

Sua espiritualidade rejeitava a separação entre fé e compromisso histórico, defendendo a inseparabilidade entre oração, ação política e solidariedade concreta. Em parceria com José María Vigil, desenvolveu a noção de espiritualidade da libertação, compreendida como experiência religiosa comprometida com a transformação das condições de vida dos pobres e excluídos (Casaldáliga; Vigil, 1993).

Segundo os autores, a verdadeira espiritualidade cristã não pode permanecer indiferente diante das estruturas sociais produtoras da miséria, da violência e da exclusão. Pelo contrário, exige posicionamento ético e participação ativa na construção da justiça social.

Essa compreensão aproxima-se das formulações de Enrique Dussel (2015), para quem a ética da libertação parte da centralidade das vítimas e da necessidade de construção de projetos políticos comprometidos com a dignidade humana.

Ao longo de sua trajetória, Casaldáliga recebeu diversas ameaças de morte em razão de suas denúncias contra o latifúndio e os grupos econômicos envolvidos nos conflitos agrários do Araguaia. Em vários momentos, foi aconselhado a deixar a região, mas recusou-se a abandonar as comunidades que acompanhava pastoralmente (Cabestrero, 1991).

Sua permanência no Araguaia transformou-se em símbolo de coerência ética e compromisso histórico, reforçando sua influência junto aos movimentos populares e às organizações de direitos humanos em toda a América Latina.

O LEGADO POLÍTICO E SOCIAL DE DOM PEDRO CASALDÁLIGA

O falecimento de Dom Pedro Casaldáliga, em 2020, não representou o encerramento de sua influência política e intelectual. Pelo contrário, seu pensamento e sua prática pastoral permanecem presentes em movimentos sociais, organizações de direitos humanos, pastorais populares e pesquisas acadêmicas desenvolvidas em diversas áreas do conhecimento.

A produção científica sobre sua trajetória cresceu significativamente nas últimas décadas, especialmente nos campos da História, Sociologia, Ciências da Religião, Educação e Antropologia.

A dissertação de Agnaldo Divino Gonzaga (2005) destaca que a missão pastoral de Casaldáliga constituiu uma experiência singular de evangelização libertadora fundamentada na defesa dos pobres e dos excluídos. O autor identifica no bispo do Araguaia uma síntese entre espiritualidade, compromisso político e ação transformadora.

De forma semelhante, Valério (2007) argumenta que a atuação de Casaldáliga contribuiu para a construção de uma identidade regional marcada pela memória das lutas sociais e pela valorização das experiências comunitárias de resistência.

O legado de Casaldáliga também dialoga diretamente com as discussões contemporâneas sobre justiça ambiental, direitos territoriais e decolonialidade. Sua crítica ao modelo econômico baseado na exploração intensiva da natureza e na expulsão dos povos tradicionais antecipa debates atualmente centrais nas agendas internacionais de sustentabilidade e direitos humanos (Boff, 2015).

Mais do que um líder religioso, Dom Pedro Casaldáliga consolidou-se como intelectual orgânico das lutas populares latino-americanas e como referência ética para as gerações comprometidas com a construção de sociedades mais justas e democráticas.

Sua trajetória demonstra que a defesa da dignidade humana exige coragem política, coerência ética e disposição permanente para a solidariedade com aqueles que historicamente foram colocados à margem dos processos de participação social e econômica.

O ANEL DE TUCUM COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO E DE CONSCIENTIZAÇÃO SOCIAL

O Anel de Tucum ultrapassa sua condição de símbolo religioso para assumir importante função pedagógica e formativa nos processos de conscientização social e educação popular na América Latina. Sua trajetória histórica e seu significado político permitem a construção de práticas educativas comprometidas com a justiça social, a memória coletiva e a valorização dos saberes populares.

Em diálogo com a pedagogia freireana e com as perspectivas decoloniais, o símbolo contribui para a formação de sujeitos críticos e socialmente comprometidos. Ao preservar as experiências históricas dos grupos subalternizados, o Anel de Tucum fortalece identidades coletivas e práticas de resistência. Este capítulo analisa seu potencial educativo como instrumento de formação cidadã e transformação social.

EDUCAÇÃO POPULAR E CONSCIENTIZAÇÃO

A educação popular latino-americana consolidou-se historicamente como uma prática educativa comprometida com a emancipação dos sujeitos historicamente marginalizados pelas estruturas econômicas, políticas e culturais da sociedade.

Diferentemente das concepções tradicionais de ensino, fundamentadas na transmissão verticalizada do conhecimento, a educação popular compreende o processo educativo como prática social e política voltada à transformação da realidade e à construção da cidadania crítica (Freire, 2023).

Nesse contexto, o Anel de Tucum ultrapassa sua dimensão religiosa e converte-se em importante instrumento pedagógico de conscientização social. Sua força educativa decorre precisamente da capacidade de condensar experiências históricas, valores éticos e memórias coletivas em um símbolo acessível e profundamente significativo para os grupos sociais envolvidos nas lutas populares latino-americanas.

Segundo Paulo Freire (2023), a conscientização constitui processo mediante o qual os sujeitos desenvolvem capacidade crítica para compreender as contradições presentes na realidade social e atuar coletivamente na sua transformação. A educação, nessa perspectiva, não se reduz à transmissão de conteúdos, mas envolve a formação de sujeitos históricos capazes de intervir em suas condições concretas de existência.

O Anel de Tucum aproxima-se dessa compreensão freireana ao funcionar como mediação pedagógica entre experiência, memória e ação política. Ao utilizar um símbolo originário das culturas indígenas amazônicas, os movimentos sociais e pastorais vinculados ao legado de Dom Pedro Casaldáliga promovem processos educativos baseados na valorização das identidades coletivas e na recuperação das histórias silenciadas pelos discursos dominantes.

Freire (2022) argumenta que a esperança constitui elemento fundamental da prática educativa transformadora. Não se trata de esperança passiva, mas de uma esperança crítica, comprometida com a construção de alternativas históricas diante das situações de injustiça e exclusão. O simbolismo do Anel de Tucum insere-se precisamente nessa pedagogia da esperança, ao representar a possibilidade permanente de transformação social.

O SÍMBOLO COMO PRÁTICA EDUCATIVA

Os símbolos desempenham papel decisivo na construção da memória social e na transmissão intergeracional das experiências históricas. Muito além de objetos materiais, constituem formas de comunicação cultural capazes de preservar identidades, valores e projetos coletivos de sociedade.

Walter Benjamin (2012) destaca que a memória histórica dos grupos subalternizados frequentemente permanece ausente das narrativas oficiais produzidas pelas estruturas de poder. Nesse sentido, a recuperação das experiências dos vencidos da história torna-se tarefa fundamental da educação crítica e da construção da consciência histórica.

O Anel de Tucum insere-se nessa perspectiva ao funcionar como dispositivo pedagógico de preservação da memória das lutas sociais desenvolvidas na América Latina ao longo do século XX. A defesa dos povos indígenas, os conflitos agrários, a luta pela reforma agrária e as experiências de organização popular encontram no símbolo uma forma de continuidade histórica e de transmissão de valores entre diferentes gerações.

Segundo Casaldáliga e Vigil (1993), os símbolos possuem a capacidade de tornar visíveis compromissos éticos que, muitas vezes, não podem ser plenamente expressos apenas pela linguagem conceitual. O Anel de Tucum comunica pertencimento, solidariedade e compromisso social de maneira imediata e profundamente significativa.

A pedagogia dos símbolos encontra importantes contribuições também nas reflexões de Paulo Freire, para quem o processo educativo deve partir da realidade concreta dos educandos e dos elementos culturais presentes em suas experiências cotidianas (Freire, 2023). O símbolo deixa de ser apenas objeto de contemplação para transformar-se em instrumento de problematização da realidade e de construção da consciência crítica.

Assim, o Anel de Tucum constitui uma prática educativa capaz de articular memória, identidade e participação política, contribuindo para a formação de sujeitos comprometidos com a justiça social e com a transformação das estruturas de exclusão.

DECOLONIALIDADE E EPISTEMOLOGIAS DO SUL

As reflexões desenvolvidas pelos estudos decoloniais trouxeram importantes contribuições para a compreensão das permanências coloniais existentes nas sociedades latino-americanas contemporâneas. Embora os processos de independência política tenham ocorrido ao longo do século XIX, persistem formas de dominação econômica, cultural e epistêmica responsáveis pela marginalização de saberes produzidos fora dos referenciais eurocêntricos (Quijano, 2005).

Aníbal Quijano (2005) denomina esse fenômeno de colonialidade do poder, caracterizado pela manutenção de hierarquias raciais, culturais e econômicas estabelecidas durante o período colonial e reproduzidas pelas instituições modernas.

Walter Dignolo (2017) amplia essa discussão ao introduzir o conceito de colonialidade do saber, destacando que a modernidade europeia produziu mecanismos de invisibilização e inferiorização das formas alternativas de conhecimento produzidas pelos povos indígenas, camponeses e populações tradicionais.

O Anel de Tucum constitui expressão concreta da resistência a essa colonialidade epistêmica. Sua origem indígena e sua incorporação pelos movimentos populares representam a valorização de saberes historicamente marginalizados e a afirmação da legitimidade das experiências produzidas a partir das periferias do sistema mundial moderno.

Boaventura de Sousa Santos (2019) denomina esse movimento de epistemologias do Sul, compreendidas como formas de produção do conhecimento construídas a partir das experiências históricas dos grupos submetidos à exploração, à exclusão e à discriminação social.

Nesse sentido, o Anel de Tucum não apenas representa uma memória histórica, mas também afirma a existência de outras racionalidades, outras cosmologias e outras formas de compreender as relações entre sociedade, natureza e espiritualidade.

A pedagogia decolonial proposta por Catherine Walsh (2013) defende precisamente a construção de processos educativos capazes de reconhecer e valorizar essa pluralidade epistemológica. O símbolo converte-se, assim, em instrumento pedagógico

de diálogo intercultural e de resistência às formas contemporâneas de colonialismo cultural.

MEMÓRIA, IDENTIDADE E FORMAÇÃO CIDADÃ

A construção da cidadania democrática exige o reconhecimento das experiências históricas e culturais dos diferentes grupos que compõem a sociedade. A memória coletiva desempenha papel fundamental nesse processo ao permitir que os sujeitos compreendam suas trajetórias, identidades e formas de pertencimento social.

Segundo Walsh (2013), a invisibilização das memórias subalternizadas constitui uma das principais estratégias de reprodução da colonialidade. Recuperar essas experiências significa criar condições para a construção de novas formas de participação política e reconhecimento social.

O Anel de Tucum desempenha importante função nesse processo ao preservar a memória das lutas pela terra, dos movimentos populares e da defesa dos direitos humanos desenvolvidas no Araguaia e em outras regiões da América Latina.

A formação cidadã não pode restringir-se à aquisição de competências técnicas ou profissionais. Exige igualmente o desenvolvimento da consciência histórica, da responsabilidade ética e da capacidade de participação nos processos coletivos de decisão (Freire, 2023).

Segundo Benjamin (2012), a história deve ser compreendida não apenas como sucessão linear de acontecimentos, mas como campo permanente de disputas pela memória e pela interpretação do passado. Os símbolos sociais tornam-se, nesse contexto, importantes instrumentos de resistência à naturalização das desigualdades e das injustiças estruturais.

Ao utilizar o Anel de Tucum como referência identitária, comunidades e movimentos sociais reafirmam publicamente seu compromisso com valores como solidariedade, dignidade humana e justiça social, fortalecendo processos de organização coletiva e participação cidadã.

Dessa forma, memória, identidade e cidadania aparecem profundamente articuladas no simbolismo do Anel de Tucum e no legado pedagógico de Dom Pedro Casaldáliga.

O ANEL DE TUCUM DIANTE DOS DESAFIOS DO SÉCULO XXI

Os desafios enfrentados pelas sociedades contemporâneas conferem renovada atualidade ao legado político e pedagógico associado ao Anel de Tucum. O crescimento das desigualdades sociais, a intensificação dos conflitos territoriais e os impactos das crises ambientais recolocam no centro do debate a necessidade de projetos sociais orientados pela solidariedade e pela justiça.

Leonardo Boff (2015) argumenta que a crise ecológica contemporânea não pode ser compreendida separadamente das desigualdades sociais e das formas de exploração econômica predominantes no sistema global. A destruição ambiental e a exclusão social constituem expressões complementares de um mesmo modelo civilizatório.

Nesse cenário, as reflexões desenvolvidas por Dom Pedro Casaldáliga sobre a relação entre terra, justiça e dignidade humana revelam-se particularmente atuais. Sua defesa dos povos indígenas e das comunidades tradicionais antecipou debates contemporâneos relacionados à justiça ambiental e aos direitos territoriais.

Paulo Freire (2022) afirma que a esperança crítica constitui condição indispensável para a construção de alternativas diante das situações de opressão e desesperança social. O Anel de Tucum representa precisamente essa esperança histórica, fundamentada na ação coletiva e no compromisso ético com os setores mais vulneráveis da sociedade.

As disputas em torno da preservação ambiental, dos direitos indígenas e da democratização do acesso aos recursos naturais demonstram que os desafios enfrentados por Casaldáliga permanecem presentes no século XXI.

Nesse sentido, o Anel de Tucum continua exercendo função pedagógica e política ao recordar que a construção de sociedades democráticas exige permanente compromisso com a justiça social, a diversidade cultural e a dignidade humana.

Mais do que memória do passado, o símbolo permanece como horizonte ético e educativo para as lutas contemporâneas em defesa dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o significado histórico, político, religioso e pedagógico do Anel de Tucum no legado de Dom Pedro Casaldáliga, compreendendo-o como um símbolo que ultrapassa a dimensão estritamente eclesial para constituir-se em expressão concreta das lutas sociais latino-americanas, da defesa dos direitos humanos e da construção de alternativas de caráter emancipatório e decolonial.

A hipótese central da pesquisa sustentou que o Anel de Tucum representa não apenas um objeto simbólico vinculado à espiritualidade cristã, mas também um instrumento de resistência política, memória coletiva e formação crítica, capaz de articular diferentes experiências históricas de luta pela dignidade humana. A análise desenvolvida ao longo dos três capítulos permitiu confirmar essa hipótese e demonstrar a atualidade do legado de Dom Pedro Casaldáliga diante dos desafios sociais, ambientais e políticos do século XXI.

No primeiro capítulo, dedicado à origem histórica e à construção simbólica do Anel de Tucum, verificou-se que suas raízes se encontram profundamente vinculadas às culturas indígenas amazônicas e às formas tradicionais de organização comunitária dos povos originários. O tucum, inicialmente utilizado como matéria-prima para a produção de utensílios e adornos, possuía significados relacionados ao pertencimento coletivo, à reciprocidade e à identidade cultural. A incorporação desse elemento pela Igreja latino-americana comprometida com a Teologia da Libertação representou uma ressignificação política e espiritual do símbolo, transformando-o em expressão da opção preferencial pelos pobres, pelos povos indígenas e pelos trabalhadores rurais.

Ainda no primeiro capítulo, observou-se que o Anel de Tucum se consolidou como um dos principais símbolos da resistência popular latino-americana durante as décadas marcadas pelos regimes autoritários, pelos conflitos fundiários e pelas disputas territoriais. Sua utilização passou a representar publicamente o compromisso com as

causas sociais e com os sujeitos historicamente excluídos dos processos de participação política e econômica. Dessa forma, o símbolo adquiriu dimensão ética e profética, convertendo-se em instrumento de denúncia das injustiças estruturais presentes na sociedade latino-americana.

O segundo capítulo analisou a trajetória pastoral e política de Dom Pedro Casaldáliga, destacando sua atuação na região do Araguaia e seu compromisso com os trabalhadores rurais, os povos indígenas e as populações marginalizadas. A pesquisa demonstrou que sua prática pastoral ultrapassou os limites tradicionais da evangelização e assumiu explicitamente o enfrentamento das estruturas sociais produtoras da pobreza e da exclusão.

A defesa dos direitos territoriais dos povos indígenas, a denúncia da violência no campo e a participação na construção de organizações como a Comissão Pastoral da Terra evidenciam a dimensão ética e política de sua atuação. O estudo permitiu compreender que Casaldáliga desenvolveu uma espiritualidade profundamente vinculada à realidade histórica dos pobres e dos excluídos, articulando oração, ação política e compromisso social em uma perspectiva coerente com os princípios da Teologia da Libertação.

Além disso, verificou-se que sua atuação pode ser interpretada como importante forma de enfrentamento à colonialidade do poder e às permanências das estruturas coloniais presentes na América Latina. Sua defesa das culturas indígenas, dos saberes populares e das formas comunitárias de organização social antecipou debates contemporâneos relacionados à decolonialidade, à justiça ambiental e aos direitos coletivos.

O terceiro capítulo concentrou-se na análise do potencial pedagógico do Anel de Tucum enquanto instrumento de conscientização social, educação popular e formação cidadã. A aproximação entre o simbolismo do anel e a pedagogia freireana permitiu compreender que os processos educativos não se limitam à transmissão de conteúdos formais, mas envolvem igualmente a construção da consciência crítica e da capacidade de intervenção transformadora na realidade social.

Nesse contexto, o Anel de Tucum revelou-se importante mediador pedagógico entre memória, identidade e participação política. Sua capacidade de condensar

experiências históricas, valores éticos e projetos coletivos de sociedade possibilita sua utilização como instrumento educativo voltado à valorização das lutas sociais e das experiências dos grupos historicamente subalternizados.

A análise realizada demonstrou igualmente que o símbolo dialoga profundamente com as epistemologias do Sul e com os estudos decoloniais, ao afirmar a legitimidade dos saberes produzidos pelos povos indígenas, pelas comunidades tradicionais e pelos movimentos populares. O Anel de Tucum torna-se, assim, expressão concreta da resistência à colonialidade do saber e da valorização das múltiplas formas de produção do conhecimento existentes na América Latina.

Ao integrar espiritualidade, política, educação e memória histórica, o legado de Dom Pedro Casaldáliga apresenta-se como importante referência para os debates contemporâneos relacionados à democracia, aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental. Em um contexto marcado pelo aprofundamento das desigualdades sociais, pelos conflitos territoriais e pelas crises ambientais globais, sua trajetória continua oferecendo importantes contribuições para a construção de projetos sociais orientados pela solidariedade, pela justiça e pela dignidade humana.

Mais do que um símbolo religioso, o Anel de Tucum constitui um testemunho histórico da possibilidade de construção de outras formas de sociabilidade, baseadas na cooperação, na defesa da vida e no reconhecimento da diversidade cultural. Sua permanência ao longo das décadas demonstra que os símbolos possuem capacidade de atravessar gerações, preservando memórias coletivas e inspirando novas práticas de resistência e transformação social.

Por fim, conclui-se que estudar o Anel de Tucum significa também refletir sobre os sentidos da esperança e da utopia na história latino-americana. Não se trata de uma utopia entendida como fantasia distante da realidade, mas como horizonte ético capaz de orientar ações concretas em favor da justiça social e da emancipação humana. Nesse sentido, o legado de Dom Pedro Casaldáliga permanece vivo não apenas na memória das comunidades do Araguaia, mas também em todos aqueles que continuam acreditando na possibilidade de uma sociedade mais democrática, inclusiva e solidária.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. Manaus: Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, 2010.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CABESTRERO, Teófilo. **Pedro Casaldáliga: as causas que dão sentido à sua vida**. São Paulo: Ave-Maria, 1991.
- CASALDÁLIGA, Pedro. **Creio na justiça e na esperança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Félix do Araguaia: Prelazia de São Félix do Araguaia, 1971.
- CASALDÁLIGA, Pedro; VIGIL, José María. **Espiritualidade da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2023**. Goiânia: CPT Nacional, 2023.
- DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 82. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- GONZAGA, Agnaldo Divino. **Anel de Tucum: a missão evangelizadora de Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação: perspectivas**. São Paulo: Loyola, 2000.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1996.
- MARTINS, Edilson. **Nós, do Araguaia: Dom Pedro Casaldáliga, bispo da teimosia e da liberdade**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo:** a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

VALÉRIO, Mairon Escorsi. **Entre a cruz e a foice:** Dom Pedro Casaldáliga e a significação religiosa do Araguaia. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales:** prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Abya-Yala, 2013.

Submissão: fevereiro de 2026. Aceite: março de 2026. Publicação: julho de 2026.